



PODER

Queda de braço na PEC dos Precatórios

Arthur Lira tenta hoje mais uma negociação para aprovar proposta que desobriga o governo federal de pagar integralmente dívidas judiciais. Partidos de oposição e liberais reforçam que a medida, além de representar um calote, rompe o teto de gastos

» ISRAEL MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Principal aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil, a PEC dos Precatórios pode ser votada nesta quarta-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou líderes partidários para um almoço em sua residência oficial, em Brasília. É um movimento semelhante ao que fez na semana passada, quando procurou líderes da oposição após o adiamento da votação por falta de quórum. Naquela oportunidade, a conversa não evoluiu, e a oposição reafirmou o posicionamento contrário à PEC 23/2021. Mesmo assim, Lira saiu do encontro afirmando que iria conversar com os líderes contrários, um a um.

Para esta quarta-feira, o Palácio do Planalto e a presidência da Câmara esperam que as conversas sejam mais produtivas. Segundo Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, “a oposição não quer que o Bolsonaro pague o Auxílio Brasil para os milhões de brasileiros mais pobres porque acham que é um monopólio do Lula”. “Querem prejudicar o Brasil por causa de interesse político”, argumentou.

A oposição vê de outra forma. Alega que as novas regras para o pagamento de dívidas judiciais representam um calote. Ao menos 130 dos 513 deputados — do PT, PSB, PDT, PCdoB, PSol e Rede — já declararam voto contrário à PEC. “Entendemos que a PEC representa um calote nos brasileiros que lutam há décadas na Justiça para receber. O segundo motivo é a perda de recursos para a educação, por meio da perda dos precatórios do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)”, pontuou Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição.

Entre os partidos do Centrão, a tendência é de apoio à proposta. Na semana passada, parlamentares do PSD se mostraram espe-

ranhosos sobre a possibilidade de um acordo, especialmente no que diz respeito aos precatórios devidos pela União ao estado da Bahia — Unidade da Federação que tem mais dinheiro a receber, cerca de R\$ 10 bilhões do total de R\$ 16 bilhões devidos a Bahia, Ceará, Pernambuco e Amazonas.

Segundo o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara, alternativas estão sendo estudadas para tentar resolver a questão dos precatórios. “A que for mais sólida em termos de votos deve prevalecer. Arthur [Lira] está trabalhando firme para conquistar essa maioria e tem sido o grande articulador em defesa da PEC. O Democratas fará reunião da bancada nesta quarta, mas trabalha tentando construir uma solução”, afirmou.

Apesar do pouco tempo para aprovar o texto, ele não acredita que a proposta será enterrada. Efraim afirmou que o almoço com Lira será fundamental para ver se o tema tem chances de prosperar e alcançar os 308 votos necessários para fazer a PEC avançar.

Segundo deputados, o presidente Arthur Lira orientou os parlamentares a registrarem presença pela manhã nesta quarta-feira. A recomendação significa que ele pretende ter quórum para votar projetos importantes e poderá tentar incluir textos polêmicos como o do homeschooling (ensino domiciliar) para tentar dividir a atenção e desarticular lideranças que são contrárias à PEC dos Precatórios.

O deputado Israel Batista (PV-DF) teme que essa seja a estratégia do presidente da Câmara. Ele argumenta que as dificuldades do governo para conseguir votos vieram após a aprovação do texto na Comissão Especial. “O governo conseguiu ser rápido na Comissão Especial. Mas quando chegou ao Plenário, houve uma mobilização da Frente Servir Brasil, a oposição começou a jogar pesado contra a PEC 23, e as coisas começaram a ficar mais difíceis para o governo”, pontuou.

Foto: Câmara dos Deputados/Divulgação



Lira está disposto a encerrar a polêmica da PEC dos Precatórios hoje



Barros: oposição acredita que ajudar os pobres é “monopólio do Lula”



Molon: PEC é institucionalizar o calote e retirar recursos da educação



Ganime: “A PEC é um dos maiores atentados contra a economia”

Após a aprovação do projeto na Comissão Especial, os deputados passaram a avaliar a proposta de forma mais aprofundada, o que levou preocupações também para os parlamentares de perfil liberal, como os integrantes do Novo. Para Israel Batista, do jeito que está, é possível que o governo só consiga alcançar os votos se oferecer emendas parlamentares em troca.

“O que faria eles mudarem de opinião seria uma farra de emendas parlamentares, estamos vendo que há essa possibilidade. O

governo viu que não tinha como avançar na PEC da reforma administrativa, e há indícios que aqueles R\$ 20 milhões poderiam ir para a aprovação da PEC 23, que é mais importante eleitoralmente para o governo, que pode fazer populismo com dinheiro público”, criticou o deputado pelo Distrito Federal.

“Os parlamentares e o próprio setor financeiro não tinham compreendido ainda como a PEC os afetava, trazendo insegurança jurídica e alta na taxa de juros. Nós

entendemos que essa alta tem a ver com a PEC dos Precatórios. O calote numa decisão judicial pode se ampliar para outras dívidas governamentais. A força da oposição ganhou reforço da direita liberal, como o Novo”, descreveu Israel Batista.

Paulo Ganime (Novo-RJ), líder do partido Novo, afirmou que a articulação para retirar a matéria de pauta é a única negociação possível. “A pergunta tem que ser: qual a razão para alguém querer aprovar uma proposta co-

mo essa? O projeto é uma bomba. Um dos maiores atentados contra a economia brasileira das últimas décadas, porque cria o calote do calote, fura o teto, aumenta a dívida pública, diminui a confiança — já pequena — no governo brasileiro. Pode ampliar a crise econômica de uma forma que será muito difícil reverter, aumentando o dólar, a inflação, a dívida pública. Gerando desemprego e perda de poder de compra da população. É um total desastre”, criticou.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Um Nobel para Txai Suruí

Criado em 1901, o prêmio Nobel da Paz não foi capaz de impedir as duas grandes guerras mundiais do século passado, mas contribuiu muito para que a política internacional deixasse de ser monopólio dos chefes de Estado, diplomatas e militares, projetando personalidades que efetivamente contribuíram para que a paz se consolidasse como um valor universal. Ironicamente, seu criador, Alfred Nobel, era um industrial, inventor e fabricante de armamentos sueco. Por sua decisão, um comitê de cinco pessoas indicadas pelo Parlamento da Suécia anualmente escolhe aqueles que se destacaram por trabalhar pela fraternidade entre as nações, pela abolição ou redução de exércitos permanentes e pela paz. Polêmico, nos últimos anos, o prêmio vem sendo destinado a pessoas que enfrentam situações limites em seus respectivos países, como os jornalistas Maria Ressa e Dmitry Muratov, nas Filipinas e na Rússia, respectiva-

mente, os premiados de 2021.

A jovem Walelasoetxeige Suruí, mais conhecida como Txai Suruí, de 24 anos, filha de Almir Suruí, 47, líder dos Povos Suruí de Rondônia, confirma a quebra do monopólio da política internacional. Até então, era conhecida apenas por ambientalistas e outras jovens lideranças indígenas, mas encantou o mundo ao discursar em inglês na abertura da Conferência da Cúpula do Clima (COP26), em Glasgow, na Escócia, para uma plateia que reunia entre outros o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel. Foi a única brasileira a participar da abertura, num inevitável confronto de imagem e objetivos com o presidente Jair Bolsonaro, que gravou uma mensagem e foi passear pela Itália, desprestigiado. Tornou-se uma personalidade mundial na luta contra o aquecimento global. É minha candidata ao Nobel de 2022.

O veterano líder indígena Marcos Terena, um dos fundadores da Aliança dos Povos da Floresta, com Aírton Krenak e Chico Mendes, não se cansa de me falar que as jovens lideranças indígenas são a grande esperança, e que a causa indígena chegará a um outro patamar. “Nós agora temos índios doutores, médicos, advogados, antropólogos, biólogos, cineastas... São lideranças jovens que mantêm suas ligações com as aldeias e respeitam as lideranças mais velhas, somam os antigos saberes aos novos conhecimentos”. Terena foi o primeiro “índio piloto”, viveu os conflitos da tradução de identidade. Quando jovem, era chamado de “japonês” pelos colegas de escola e por seu próprio instrutor de voo. Mas a consciência indígena falou mais alto: “Índigena é potência de saberes. Seu conhecimento é a universidade do mundo”.

Aquecimento

A jovem Txai ainda está no último semestre do curso de direito, mas já atua no departamento jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental (Kanin-

dé), em Rondônia. Em Glasgow, na Escócia, enquanto a jovem ativista sueca Greta Thunberg criticava o blablablá sobre o clima dos líderes mundiais, Txai roubava a cena no plenário, ao falar da importância dos povos indígenas na proteção da Amazônia. Na hora, lembrei-me das conversas com Marcos Terena sobre esse encontro de gerações indígenas: “Meu pai, o grande cacique Almir Suruí, me ensinou que devemos ouvir as estrelas, a lua, o vento, os animais e as árvores. Hoje, o clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A Terra está falando, ela nos diz que não temos mais tempo”, disse Txai.

Os suruí são 2 mil indígenas, mas são articulados, combativos e plugados nas redes sociais. Ao discursar na COP26, Txai lembrou a morte do seu amigo Ari Uru-EU-Wau-Wau, jovem como ela, que trabalhava registrando e denunciando extrações ilegais de madeira dentro da aldeia onde morava. Segundo Txai, ele foi morto por defender a floresta. “Vamos frear as emissões de

promessas mentirosas e irresponsáveis, vamos acabar com a poluição de promessas vazias e vamos lutar por um futuro e presente habitáveis”, defendeu. Na extensa pauta da COP26, o eixo da discussão é a necessidade de conter o aquecimento global.

Energia, empoderamento público e da juventude, natureza e uso da terra, ciência e inovação, transporte e cidades, regiões e espaços organizados estão sendo debatidos até o próximo dia 12, por cientistas, ativistas, autoridades governamentais, executivos de empresas da nova economia, mas, nesse debate, a Amazônia tem lugar de destaque. Cerca de 40 lideranças indígenas, de diversos países, estão participando do encontro. O mundo está descobrindo que eles são os verdadeiros guardiões da floresta e têm um papel de destaque na solução dos problemas ambientais. Oficialmente, o Brasil está representado pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, que apresentou uma nova meta climática, com redução de 50% das emissões de gases do efeito estufa até 2030.